

“Sessão de Esclarecimento sobre os avisos POR Lisboa 2020 de Inovação Produtiva, Empreendedorismo, Qualificação de PME e Internacionalização de PME”

Auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

27 de abril de 2017

A Competitividade da Região de Lisboa nos mercados internacionais

Intervenção do Presidente da CIP, António Saraiva

Começo a minha intervenção por agradecer ao Senhor Engenheiro João Teixeira, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Lisboa 2020, o convite que me dirigiu para intervir no encerramento desta sessão de esclarecimento sobre os novos avisos dos sistemas de incentivos, no âmbito do Portugal 2020.

Esperamos que, em breve, as empresas possam contar com o calendário de abertura de concursos até ao final do corrente ano.

A realização desta sessão, amplamente divulgada pela CIP, parte da ideia-chave que é necessário dar a conhecer às empresas, e incentivá-las a utilizar, os incentivos disponíveis.

O que se tem passado em relação aos enormes atrasos na avaliação das candidaturas apresentadas, com o consequente atraso na notificação às empresas, não é admissível.

Tais atrasos são incompatíveis com o calendário previsto para a realização dos projetos por parte das empresas.

A CIP aproveita esta ocasião para apelar, uma vez mais, para o cumprimento dos prazos estabelecidos nos avisos dos concursos.

Sem essa certeza e com taxas de incentivo que em vários casos não são suficientemente atrativas, as empresas desmobilizam.

Por outro lado, é necessário que a Justiça Económica funcione melhor e que as políticas fiscal e para-fiscal sejam favoráveis ao crescimento económico e favoreçam a competitividade das empresas. Temos, também, de olhar de uma forma séria para o que se está a passar com a multiplicidade de taxas que são impostas às empresas, muitas delas sem terem a contrapartida de qualquer serviço. No caso da TOS – Taxa de Ocupação do Subsolo, o aumento do ano passado para este ano, para algumas empresas que se situam no Município de Vila Franca de Xira, foi enorme. Cito, por

exemplo, uma empresa de Alhandra que pagava no ano passado 1.500 euros por mês e passa este ano a pagar 10.000 euros por mês.

Caberá às empresas avaliar de que forma estes e outros instrumentos existentes as poderão apoiar no desenvolvimento das suas ideias e projetos, de modo a torná-las mais competitivas, nomeadamente nos mercados internacionais.

A Região de Lisboa deve valorizar a sua localização privilegiada, com particular relevo para a sua relação com a água e o mar, o conhecimento, a prospeção e a valorização de recursos marinhos e as oportunidades criadas pela extensão da plataforma continental.

Tem de estar atenta aos desafios lançados pelas empresas que nela se mantêm ou pretendem crescer e, no quadro nacional, reforçar a capacidade de atração de investimento estrangeiro.

A região de Lisboa é, já hoje, um importante polo de empreendedorismo e deve desenvolver as suas potencialidades nos meios criativos, atividades inovadoras e indústrias culturais. Deve ser prosseguido o reforço da colaboração entre as empresas, os centros tecnológicos e as universidades e aumentar a eficiência na transferência de tecnologia e transformação de conhecimento.

A área do Turismo e Hospitalidade é muito importante na região e poderá, em parte, ser ligada a outra área, também muito relevante, onde há muitas potencialidades a explorar que é a da Saúde.

O desafio permanente da competitividade da nossa economia face ao exterior exige, do lado das políticas públicas, a criação de condições fiscais, de concorrência, de financiamento, de simplificação regulatória e de custos de energia, entre outras, que lhes permitam enfrentar com sucesso as crescentes pressões de mercados globais cada vez mais exigentes. Acrescento a estas condições o cumprimento dos prazos de pagamento acordados, salientando o elevado stock de pagamentos em atraso aos fornecedores por parte dos Hospitais EPE.

Este desafio da competitividade pode ser desdobrado, na perspetiva das empresas portuguesas, em três grandes desafios:

1. Internacionalizar para crescer
2. Inovar para competir
3. Recapitalizar para investir

A reduzida dimensão do mercado nacional e a retração a que foi sujeito nos últimos anos fazem com que o caminho do crescimento e do sucesso nas empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis tenha que passar, hoje mais do que nunca, pela internacionalização.

Reforçar a internacionalização é, por isso, um objetivo fundamental, que requer um esforço conjunto das instituições públicas, das empresas e das estruturas associativas que as representam.

Diversificar mercados e adquirir competências necessárias à internacionalização são desafios que se nos colocam.

Face a este desafio da internacionalização, muitas empresas confrontam-se com dificuldades decorrentes da sua reduzida dimensão. Há, de facto, necessidade de ganhos de escala para reduzir custos e aumentar a competitividade nos mercados internacionais. A cooperação empresarial constitui uma forma das empresas, em particular as de menor dimensão, aumentarem a sua massa crítica, reforçarem a sua competitividade e melhorarem o seu posicionamento estratégico no mercado internacional.

Mas internacionalizar só será possível com competitividade.

O segundo desafio de que vos queria falar é, pois, o de inovar para competir.

E são diversas as vertentes que requerem mais inovação: inovação tecnológica, ao nível dos produtos e dos processos, inovação na função comercial, inovação organizacional.

Porque só pela inovação conseguiremos valorizar aquilo que sabemos produzir.

Sobretudo num país como o nosso, a inovação deve ser fundamentalmente incremental e, como tal, está ao alcance da generalidade das empresas, nestas diversas vertentes.

É esta noção alargada de inovação empresarial que deve ser difundida ao nível das PME e devidamente apoiada.

Surge aqui a necessidade de uma mais estreita ligação entre os meios científicos e empresariais, de modo a colocar o conhecimento e as competências de que Portugal já dispõe ao serviço de estratégias de inovação das empresas. A região de Lisboa concentra algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas do país.

Estamos conscientes dos desafios e oportunidades que a evolução tecnológica, e em particular a designada quarta revolução industrial abre às empresas portuguesas e da necessidade de participarem nesse processo de mudança, sob pena de serem ultrapassadas pelos seus concorrentes, internos ou externos.

A este respeito, a nossa principal mensagem é a de que a questão “Indústria 4.0” deverá estar enquadrada na questão mais abrangente da competitividade e não ser tratada como uma “receita milagrosa” desligada dos restantes temas da competitividade.

Acima de tudo, a política industrial deve colocar a competitividade industrial como preocupação transversal na intervenção do Estado na economia.

Para aprofundarem a sua internacionalização, para inovarem em termos de produtos e processos, para aumentarem a sua competitividade e a sua capacidade produtiva, as empresas precisam de investir.

Do ponto de vista macroeconómico, o investimento é uma variável fundamental para que possamos recuperar o potencial de crescimento económico perdido ao longo da última década e sustentar o aumento das exportações.

Ora, para investirem, as empresas precisam de financiamento.

Precisamente, um dos principais problemas das empresas portuguesas é a dificuldade que têm no acesso ao financiamento, dificuldade que, por sua vez, está relacionada com o facto de uma proporção significativa delas apresentarem estruturas financeiras desequilibradas, com elevados níveis de endividamento e uma excessiva dependência de crédito bancário de curto prazo.

É esta a razão de ser do terceiro desafio que referi – recapitalizar para investir.

Neste contexto, a resolução do problema do financiamento exige medidas centradas em três vetores:

- O desenvolvimento do capital de risco;
- Uma fiscalidade mais favorável à retenção de lucros e às entradas de capital por parte dos sócios ou acionistas, e, finalmente,
- O desenvolvimento de novos instrumentos financeiros com natureza de quase capital, os quais, não apresentando as exigências inerentes ao capital de risco, são passíveis de melhorar a estrutura de capitais das empresas.

A este propósito, gostaria de sublinhar que a questão do crédito malparado tem tendência a ser visto como sendo apenas um problema dos bancos, quando é, também, um problema das empresas.

Um quarto e quinto desafio para as empresas:

O quarto desafio é o de alargar a cadeia de valor para reter mais riqueza.

As empresas portuguesas - que, de uma forma geral, sabem produzir com qualidade - terão de ir mais além para acrescentar cada vez mais valor à sua produção: terão de alargar as suas cadeias de valor e adquirir as competências e conhecimentos necessários para conceberem os seus próprios produtos e colocarem-nos nos mercados de forma a valorizá-los o mais possível.

O valor “perdido” pelas empresas que se limitam a fabricar bem produtos de alta qualidade, mas que são concebidos e comercializados por empresas estrangeiras é enorme. Mas essa diferença – que atualmente muitas empresas deixam “escapar” para o exterior – é também a medida do potencial que têm para aumentar a produtividade e a competitividade.

Chegamos finalmente ao quinto desafio: gerir eficazmente para um melhor desempenho.

É preciso, também, introduzir mudanças na forma como as empresas se organizam e nas práticas de gestão que adotam. Práticas que são, afinal, ferramentas e métodos de gestão aplicados no dia-a-dia da empresa, com vista a um melhor desempenho.

Em jeito de síntese, terminaria, pois, renovando o apelo para que os incentivos às empresas sejam bem aproveitados e que as políticas públicas coloquem a competitividade empresarial – tanto na vertente dos custos, como na da produtividade – como preocupação transversal em toda a intervenção do Estado na economia.